

## BASE DE HIDROGRAFIA DA MARINHA EM NITEROI

**Estudo Técnico Preliminar 67/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 63999.000081/2026-10

**2. Descrição da necessidade**

A presente demanda visa a aquisição de publicações náuticas estrangeiras, a fim de garantir o acesso a informações náuticas atualizadas e confiáveis, indispensáveis à segurança da navegação e ao adequado planejamento de operações navais, científicas e logísticas da Marinha do Brasil (MB) em áreas sob jurisdição ou interesse estratégico internacional.

Essas publicações são essenciais para:

- Garantir a segurança da navegação em águas estrangeiras;
- Apoiar o planejamento de operações navais, principalmente em missões internacionais;
- Cumprir normas e convenções internacionais, como as estabelecidas pela Organização Marítima Internacional (IMO) e pela Organização Hidrográfica Internacional (IHO);
- Apoio à navegação segura de meios navais em águas internacionais ou zonas costeiras estrangeiras;
- Fornecer dados precisos e confiáveis, atualizados regularmente por autoridades hidrográficas locais, que não são disponibilizados em publicações nacionais.

Cabe ressaltar que diversas informações constantes nessas publicações não estão disponíveis em fontes nacionais ou gratuitas, tornando sua aquisição imprescindível.

A não obtenção dessas publicações pode comprometer a segurança da navegação e a eficácia das atividades operativas.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Material e Serviços Náuticos – (BH-10)	GABRIELA NERY MENDES

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

A aquisição do objeto deverá ocorrer conforme discriminado abaixo:

- A contratada deverá entregar os bens, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, a fim de cumprir as práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 2010, em seu art. 5º, inciso III; e

- O prazo para entrega deverá ser em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da Nota de Empenho.

## **5. Levantamento de Mercado**

Quanto à necessidade de planejamento da contratação e à identificação das soluções disponíveis no mercado, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de verificar alternativas capazes de atender à demanda da Administração.

Inicialmente, procedeu-se à pesquisa de Atas de Registro de Preços vigentes, com vistas à avaliação da possibilidade de adesão, nos termos da legislação aplicável. A análise considerou a compatibilidade do objeto, das especificações técnicas, das quantidades registradas, das condições comerciais e da vigência das atas eventualmente disponíveis. Constatou-se que as atas identificadas não atendem integralmente às necessidades da Administração ou não se mostraram vantajosas no contexto específico da demanda, inviabilizando a adesão.

Adicionalmente, foi realizada consulta a Intenções de Registro de Preços (IRPs) divulgadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de verificar a existência de processos em fase de planejamento que permitissem a participação como órgão participante ou a futura adesão. Após a análise das IRPs disponíveis, verificou-se que não há intenções compatíveis com o objeto, especificações técnicas ou cronograma da necessidade identificada.

Diante do exposto, conclui-se que, embora existam soluções disponíveis no mercado, não foram identificadas atas de registro de preços vigentes passíveis de adesão nem IRPs compatíveis com a demanda. Assim, mostra-se necessária a realização de procedimento próprio de contratação, observados os princípios da competitividade, economicidade, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A solução proposta consiste na realização de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), considerando a natureza do objeto, a necessidade de contratações futuras e eventuais, bem como a conveniência administrativa quanto à flexibilidade de fornecimento e à otimização do planejamento das aquisições. O enquadramento no SRP mostra-se adequado por permitir o atendimento da demanda conforme a necessidade da Administração, sem a obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade dos quantitativos estimados. De acordo com o artigo 3º, inciso I do decreto 11.462/2023.

Quanto à vigência e eventual renovação da Ata de Registro de Preços, observa-se que esta deverá obedecer aos prazos e condições estabelecidos na legislação vigente, sendo admitida a prorrogação, quando cabível, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração. Os quantitativos registrados poderão ser renovados, conforme previsto em lei.

No que se refere à adesão à ata de registro de preços, opta-se pela não permissão de adesão por órgãos não participantes. Tal decisão encontra amparo no disposto no art. 50 da Lei nº 9.784/1999, que exige que os atos administrativos sejam devidamente motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que os embasam. A vedação à adesão visa preservar o planejamento da contratação, garantir o controle dos quantitativos registrados e assegurar a execução adequada da ata, evitando impactos que possam comprometer o atendimento das necessidades do órgão gerenciador.

Participo que a divulgação da Intenção de Registro de Preços foi dispensada no presente momento de acordo Inciso I, do art. 7º do Decreto nº 11.462, considerando que a Administração encontra-se com seu quadro de militares /servidores reduzidos, logo tornar-se-á complexa a atividade de gerenciar os Órgãos Participantes, isto é, não garantirá as ações necessárias para o perfeito cumprimento da norma em vigor. Ademais, a adoção da IRP poderá acarretar atraso no atendimento da necessidade, sem benefício proporcional à administração. Dessa forma, a contratação seguirá sem a divulgação de IRP.

Adicionalmente, considerando a natureza do objeto e o caráter comum das soluções disponíveis no mercado, não se mostra necessária a exigência de habilitação técnica-operacional, uma vez que o atendimento às especificações poderá ser aferido diretamente por meio das características do produto ofertado. Do mesmo modo, não se justifica a imposição de requisitos de qualificação econômico-financeira além dos estritamente necessários, de forma a não restringir indevidamente a competitividade do certame, em observância aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, a solução proposta atende às necessidades da Administração de maneira eficiente, econômica e juridicamente adequada, garantindo ampla participação do mercado e observância aos princípios que regem as contratações públicas.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

De acordo com levantamentos e estudos realizados pelo Departamento de Material e Serviços Náuticos (BH-10), obtidos através de pedidos de Organizações Militares e navios da Marinha do Brasil, em missão no exterior, estimamos o montante a ser adquirido para suprir as demandas que chegam a esta Base, conforme descrito abaixo:

- 25 unidades de Publicação Técnica - ADMIRALTY Sailing Directions (Nps de 1 a 72);
- 25 unidades de Publicação Técnica - ADMIRALTY List of Lights NPs 74-88;
- 25 unidades de Publicação Técnica - ADMIRALTY Tide Tables NPs 201-208;
- 25 unidades de Publicação Técnica - ADMIRALTY List of Radio Signals Nps 281(1) a 286 (8);
- 20 unidades de Publicação Técnica - Mariner's Handbook NP100;
- 25 unidades de Publicação Técnica - ADMIRALTY Manual of Tides NP120;
- 25 unidades de Publicação Técnica - Catalogue of ADMIRALTY Charts and Publications NP131;
- 20 unidades de Publicação Técnica - NP 136 Atlantic Ocean (Volumes I & II); e
- 20 unidades de Publicação Técnica - NP 5011 Symbols and Abbreviations Used on Admiralty Charts Vol 8 (2020).

Ademais, encontra-se anexa a este ETP, a planilha de memória de cálculo, considerando a média dos quantitativos de publicações técnicas estrangeiras adquiridas pela Base de Hidrografia da Marinha em Niterói, durante os anos de 2024 e 2025.

Dessa forma, julga-se necessária a aquisição de publicações técnicas estrangeiras, nas quantidades acima descritas, a fim de atender as demandas dos navios da Marinha do Brasil, em missão no exterior.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 196.927,75

**8.1.** Valor: R\$ 196.927,75 (cento e noventa e seis mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos)

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

No presente estudo técnico preliminar para aquisição de publicações técnicas estrangeiras, justifica-se o parcelamento da solução com base nos princípios da razoabilidade e da competitividade.

O parcelamento permite adequar a aquisição ao planejamento financeiro disponível, garantindo que os custos sejam distribuídos de forma equilibrada e sustentável, o que reflete a razoabilidade na gestão dos recursos públicos. Essa abordagem evita comprometer o orçamento em um único exercício, facilitando o atendimento das demandas sem prejuízo a outras áreas.

Além disso, ao fracionar a aquisição, amplia-se a possibilidade de participação de diferentes fornecedores, fomentando a competitividade no processo licitatório. Isso pode resultar em propostas mais vantajosas em termos de preço, qualidade e condições comerciais, promovendo a economia e a eficiência na contratação.

Dessa forma, o parcelamento da solução é indicado como medida que assegura a razoabilidade do investimento e estimula a competitividade, contribuindo para uma contratação eficiente e econômica.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Não estão previstas outras contratações vinculadas ou quaisquer atividades que se relacionem a este objeto. Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

Considerando a necessidade de manutenção da segurança da navegação e da atualização permanente das informações náuticas utilizadas nas atividades operacionais, verifica-se a necessidade de aquisição de publicações náuticas estrangeiras, indispensáveis ao planejamento e à condução segura de operações navais.

Ressalta-se que, no processo de formalização da demanda referente ao exercício de 2026, não houve registro prévio dessa contratação no planejamento realizado no ano de 2025. Tal situação decorreu de limitações no levantamento das necessidades à época da elaboração do planejamento anual, bem como da identificação posterior da demanda específica por determinadas publicações estrangeiras essenciais à continuidade das atividades.

Adicionalmente, destaca-se que as publicações náuticas estrangeiras possuem caráter técnico especializado, periodicidade própria de atualização e, em muitos casos, são disponibilizadas exclusivamente por organismos hidrográficos internacionais ou por fornecedores autorizados, o que dificulta a previsão exata das necessidades com grande antecedência.

Dessa forma, a presente contratação justifica-se pela necessidade superveniente identificada pelas áreas técnicas, visando garantir a atualização do acervo de informações náuticas, preservar a segurança da navegação e assegurar a continuidade das atividades institucionais. Assim, ainda que não tenha constado no planejamento realizado em 2025, a demanda mostra-se alinhada aos objetivos e às necessidades operacionais da Marinha do Brasil (MB).

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Os resultados pretendidos visam a plena operacionalidade e funcionalidade dos navios da Marinha do Brasil que realizarão missão no exterior, uma vez que as Cartas Náuticas Estrangeiras são essenciais para a navegação, além de manter a dotação desse material a bordo atualizados, proporcionando uma maior confiabilidade e prontidão nas comissões.

Esses benefícios justificam plenamente a contratação e estão em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e qualidade na administração pública.

## **13. Providências a serem Adotadas**

O responsável técnico deverá realizar, com o máximo de cuidado e perícia, a conferência e inspeção de qualidade dos materiais náuticos (cartas náuticas estrangeiras) no ato do recebimento.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, por este motivo não há medidas mitigadoras aplicáveis e não será necessário licenciamento ambiental.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação é considerada viável sob os pontos de vista técnico, operacional e econômico, conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RAUL PEREIRA DO NASCIMENTO SANTOS**

Equipe de planejamento

**FILIPPE DE LIMA TEIXEIRA**

Equipe de Planejamento

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 04.1 - Memoria de Calculo - ANEXO ETP.pdf (61.39 KB)